

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO ODEMIR FURLAN) - Esta Presidência informa ao Deputado Antunes de Oliveira que po de inscrever-se na lista e terá sua vez de falar. É uma ques tão de ordenação dos trabalhos. Esta Presidência informa que não é possível o aparte, nem a palavra pela ordem é possí vel, já que haverá interferência no depoimento. Continua com a palavra o Sr. Deputado Jerônimo Santana.

O SR DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA - Apenas inter calei o esclarecimento a respeito do acesso do homem à terra porque disse V.Sa. no depoimento, que há terra para todo mun do. É evidente que há, demais. Até agora não consegui uma ex plicação lógica, racional, objetiva: por que os grupos têm terra e os colonos não a conseguem? Não se obtêm terra, lote, está o colono sendo sempre expulso, perseguido, massacrado, é tido como criminoso, como invasor, subversivo, agitador, comunista. Uma série de fatores que entram aí, na ocupação da Amazônia, que não diz respeito ao fato, é explorada diari amente quando o colono reivindica um lote de terra para si.

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Sr. Presidente e nobre Deputado Jerônimo Santana, devo di zer que esta perplexidade que abate sobre V. Exa. é a mesma que inspira o trabalho que escrito trouxemos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Devo dizer que esta preocupação, com o sentido humano e social, faz parte integrante dos objeti vos de qualquer cidadão brasileiro, e não pode ser dito que o empresário é um homem insensível e intenso a esta expecta tiva, porque o empresário do mundo moderno tem consciência ple na da função social da sua empresa e da sua atuação.

O SR DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA - Dessa função social é que dependeria o seu êxito.

O SR DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Se todos nós, aqui, nos conscientizássemos, efetivamente, dos reais problemas, como V. Exa. está levantando, tenho cer teza de que conseguiremos os objetivos que juntos almejamos. Está dito no meu trabalho e na minha modesta exposição feita a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que realmente nós estamos perplexos diante de um País com oito e meio milhões de quilômetros quadrados, que tem uma coisa maravilhosa, is so que V. Exa. diz, o valor potencial do País, o desejo de al guém trabalhar a terra, criar riquezas; nós não temos uma po pulação vadia que deseja ser apenas chupim de uma realidade urbana. Nós temos gente que vai correr risco de vida, inclu sive com doenças, com hostilidade do meio natural, que se a ventura com o mesmo idealismo, com a mesma esperança imensa que nossos ancestrais nos legaram na conquista desse territó rio, agora concretizando sua posse efetiva. De pleno acordo. Realmente, quando V. Exa. diz que não entendemos porque não se disciplina a colocação de terras de uso social desse pe queno proprietário, eu digo a V. Exa. também com relação ao médio e ao grande, porque sabe muito bem V. Exa. que, se hou vesse uma ordenada colocação de terra no uso social, não se riam 342 projetos aprovados pela SUDAM, seriam 340 mil, por que dezenas e centenas de empresários, que, apenas pelo pri vilégio histórico de estarem sentados nos centros urbanos ou no interior dos Estados do Centro-Sul, dispõem de mais infor mações do que o nosso pobre sertanejo, o nosso pobre traba-

lhador, não se arvoram na aventura de ir para a Amazônia ten tar uma grilagem, uma invasão de terra, porque não o farão, assim como o nosso pobre homem às vezes faz sem qualquer cul pa. Eu fiz questão de dizer, Sr. Presidente, gostaria que fi casse bastante grifado nesta Comissão Parlamentar de Inquêri to, que nós empresários da Amazônia, somos os primeiros defen sores dos posseiros, e vemos idêntica posição entre eles. Ve ja bem, Deputado, como é curiosa a nossa posição. Se fossê mos mal intencionados, se não estivéssemos imbuídos a fundo do espírito de responsabilidade de cidadãos, não estaríamos colaborando para a solução dos grandes problemas desse País. Não basta que enriqueçamos sem que se enriqueça, como conse quência, a Nação, sem que se dê trabalho e se faça justiça social para com todos os brasileiros. A nossa situação, ho je, é a melhor possível, porque existem pouquíssimas terras tituladas na Amazônia, as demais são devolutas, contraditô rias. Portanto, as nossas estão supervalorizadas. Mas nós não estamos aceitando esta situação.

O SR. DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA - Apenas um aparte. V.Sa. não acha que a figura do invasor, hoje, a fi gura do grileiro, difundida amplamente na Amazônia, não se ria gerada por esse processo administrativo que não documen ta a terra, que não destina terra a ninguém? Pelo processo de exploração demográfica, esse homem não pode ficar no ar, ele tem que se situar em algum lugar na face da terra.

O SR. DEPONTE (João Carlos de Souza Meirelles) Se V. Exa. me permitir, eu lerei para ficar bem claro, a nos sa posição, escrita neste depoimento. Nós dizemos, na pági na 11:

"A inexistência de mecanismos que agilizem a colocação em uso de terras com configuração jurídica perfeita, não só afasta a presença do empresário, como gera e estimula a ação de letêria de grupos nocivos de grileiros e in vasores profissionais, nas áreas de ocupação pioneira".

E na página 12, com relação aos nossos possei ros:

"A falta de programas de colonização, locali zados estrategicamente nas regiões em ocupa ção, não permitem o conveniente..."

O SR. DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA - V.Sa. dis se que não queria criticar o INCRA, mas é uma crítica dire ta ao INCRA, porque o setor é da responsabilidade do INCRA. Aliás, o INCRA mantém na Amazônia o monopólio da coloniza ção. Em Rondônia não temos colonização privada, ele mantém o monopólio da colonização de terras. Aliás, acho que um dos fracassos da ocupação da Amazônia é não permitir a compati bilização da colonização oficial com a colonização privada, para que haja inclusive um cotejo da eficiência, entre um projeto de colonização privada e um projeto de colonização oficial. Nós só temos um tipo de colonização, a oficial. En tão, isso que está aí é omissão do INCRA, por não prever e não projetar o fluxo migratório, porque se sabe, dentro de um determinado tempo, fazendo-se uma projeção, que teremos nas margens da rodovia-x tantas mil pessoas. Se não houver

uma previsão de dar lotes para essas tantas mil pessoas, nós teremos o problema criado. E nós sabemos que em Rondônia, hoje, não há nem previsão de dar lotes para esses colonos da colonização de sentido social que o Governo Médici se propôs a fazer, e os Governos posteriores recuaram na colonização de sentido social na Amazônia. O Governo Geisel, atualmente, não quer saber de colonização com sentido social. Ele recuou. Aí é que está a causa do problema: a falta de previsão e destinação de lotes a esses milhares de ocupantes que se dirigem à Amazônia. É necessário compatibilizar os projetos de colonização privados com os projetos de colonização oficiais.

O SR. DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles)
Sr. Presidente, nobre Deputado Jerônimo Santana, tenho a impressão de que a nossa visão é sempre uma visão prospectiva. Nós desgraçadamente, contingenciados pelo tempo, não temos nenhuma ação regressiva sobre o tempo. Estamos diante de uma situação de fato que V.Exa. vem denunciando sempre da tribuna desta Câmara Federal. Nós, como empresários privados, vimos indicando ao Governo e órgão do Governo, possibilidades de solução. Disse que não queria criticar o INCRA porque entendo que realmente, como ele está organizado hoje, ele não pode fazer mais do que está fazendo, porque está esmagado pelas atribuições que tem. Além da função tributária, de aprovar projetos territoriais em qualquer parte do País, ele tem que cuidar da vida sindical do trabalhador rural - sabemos disso - ele tem que cuidar do cooperativismo, ou seja, ele é um órgão, é uma maxi-órgão. De tal forma que está esmagado por uma estrutura à qual foram acrescentadas funções e tarefas. Daí por que, ao final da nossa exposição, nobre Deputado, se V.Exa. me permitisse, está sugerida claramente ao Governo Federal - e tomo a liberdade de dizer que por intermédio de V.Exas - a criação de um órgão fundiário específico, autônomo, com características tais que possa realmente assumir a brutal tarefa de colocar terras no uso social na Amazônia Legal. E se V.Exa. me permitisse um segundo mais, gostaria de dizer claramente que não estou inventando do isso agora, porque está escrito aqui. Sobre o que V.Exa. disse, está dito aqui o seguinte:

"A falta de programas de colonização, localizados estrategicamente nas regiões em ocupação, não permitiu o conveniente assentamento dos poucos posseiros dispersos ao longo dos rios, que era a situação anterior, como dos contingentes de trabalhadores das frentes de trabalho das empresas que necessária e sabidamente seriam parcialmente desmobilizados após a implantação das atividades previstas. As graves conseqüências são conhecidas, o aumento de posseiros e a ação de grileiros profissionais, resultando em problemas de tensão social".

A esses problemas crescem-se os da ocupação desordenada das faixas de terras devolutas ao longo de rodovias como a Belém-Brasília, a BR-70, a BR-80, por exemplo, que deveriam ser colocadas em uso social e econômico de forma planejada e ordenada.

Assim, nobre Deputado, estamos inteiramente de acordo, e o que defendemos está escrito neste papel, com

propostas concretíssimas ao Governo e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A única solução para isto é efetivamente a ordenação dos espaços a serem colocados no uso social. Os vetores dos fluxos migratórios, hoje, estão totalmente orientados para a Rondônia. Como nós do sertão dizemos, influenciados estão estes homens que vão para lá pela "Rádio Cipó", porque ninguém sabe como um homem de Santa Catarina ou do Paraná fica sabendo que o Governo está dando terras na Rondônia. Porque deu dez mil lotes na colonizao Ouro Preto, vai implantar o Projeto Burareiro ou porque está pretendendo colocar mais terras no uso social, o resultado  que hoje, em Rondônia, que V.Exa. muito bem representa nesta casa, há mais de 25 mil famílias de lavradores em potencial, de homens que representam o patrimnio de trabalho que a Nao tem, mas não temos terras ordenadamente colocadas no uso social. Nobre Deputado, disse V.Exa. que o Governo talvez não esteja preocupado com o fato. Não tenho aqui nenhuma atribuio, muito menos não sou político nem partidário para estar defendendo o Governo, mas posso dizer a V.Exa. que, realmente, nestes últimos dois anos, temos encontrado eco para as palavras que temos levado neste sentido, de tal forma que se passe a enfocar dois problemas basicamente distintos. Primeiro, o problema nas áreas onde as tensões já estão criadas, como em Rondônia, como na região da PA-70, Conceio, Redeno, Barreira do Campo, no Estado do Pará - e V.Exa, nobre Relator, conhece muito bem - de tal forma que, nestas áreas, por uma ao rápida e eficiente, o Governo tem obrigao de, tendo terras devolutas, fazer projetos de colonizao; não tendo terras devolutas, de transformar áreas já ocupadas em áreas de colonizao, visando a esvaziar uma tensão social criada artificialmente, quer pela aduo de novos fluxos migratórios a esta região, quer por uma sabida desmobilizao de mão-de-obra das frentes de trabalho, por que ninguém podia ignorar que, nestas frentes, quando se constr uma estrada, depois de pronta se desmobiliza a mão-de-obra. Quando se promove uma derrubada, depois de concluída, fica uma parcela de mão-de-obra da empresa, mas as de mais tero de ser desmobilizadas. Como as frentes de trabalho diminuíram, há um contingente de mão-de-obra potencial maravilhoso que teria que ser ocupado. Então, a ao rápida, eficiente, drástica nas áreas de tensão. E, em segundo lugar, a criao de grandes projetos de ocupao ordenada, porque sabemos, e V.Exa. talvez, melhor do que nós, que a ocupao meramente acidental por um posseiro na beira de um rio não consegue na maioria das vezes atingir a economia de subsistência. Ele sequer consegue atender às necessidades vitais da sua família, tendo que completá-las por outras atividades que não são pertinentes  ao do agricultor, como a caça ou a pesca. Ele tem que completar com uma atividade seringueira que às vezes podeira ser preterida em funo de uma atividade agrícola intensiva. Então,  preciso que se façam grandes projetos nas áreas das grandes rodovias onde a nao já investiu na sua implantao, e que se d oportunidade ao pequeno, ao médio e ao grande. E mais do que isso, nobre Deputado, V.Exa. nos ajuda muito - ao povo, eu digo, não a nós, empresários - nos ajuda na qualificao clara, e a imprensa nos